

LIMA, Paula Carolina Firmino de\*\*

<https://orcid.org/0009-0006-5114-6183>

**RESUMO:** Este artigo objetiva analisar a vigilância que foi feita pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o setor teatral, notadamente sobre a atriz e produtora teatral Ruth Escobar e o espetáculo Revista do Henfil que foi por ela dirigido. Para tanto, utilizamos como fontes documentos produzidos pela Agência Recife do SNI, repassados pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), e que são caracterizados como sensíveis, pois são arquivos frutos da repressão, produzidos por órgãos de segurança e informação durante períodos de ausência da democracia (Bauer & Gertz, 2015). Somado a isso, também partimos de pesquisa de teor bibliográfico para apresentar o processo de desenvolvimento envolvendo a atividade de informações no Estado brasileiro até 1964, ano em que é criado o SNI, órgão que durante a ditadura militar no Brasil exerceu, segundo seu próprio criador, o general Golbery do Couto e Silva, “monstruosa atividade”, tendo sido a sua história marcada por forte autoritarismo e grande grau de infiltração na sociedade brasileira daquele momento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar Brasileira; SNI; Teatro.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the surveillance carried out by the National Information Service (SNI) on the theater sector, notably on the actress and theater producer Ruth Escobar and the play Revista do Henfil that she directed. To do so, we use as sources documents produced by the Recife Agency of the SNI, passed on by the National Archive to the State Commission for Truth and Preservation of the Memory of the State of Paraíba (CEVPM-PB), and which are characterized as sensitive, since they are files that are the result of repression, produced by security and information agencies during periods of absence of democracy (Bauer & Gertz, 2015). Through bibliographical research we aim to present the development process involving information activity in the Brazilian State until 1964, the year in which the SNI was created, an agency that during the military dictatorship in Brazil exercised, according to the words of its own creator, General Golbery do Couto e Silva, “monstrous activity”, its history being marked by strong authoritarianism and a great degree of infiltration in Brazilian society at that time.

**KEYWORDS:** Brazilian Military Dictatorship; SNI; Theater.

---

\*\* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História e Cultura Histórica, na linha de História e Regionalidades, da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Licenciada em História (2022) pela mesma instituição. E-mail: [paulacarolinaufpb@gmail.com](mailto:paulacarolinaufpb@gmail.com) monstrous activity”, with its history marked by strong authoritarianism and a high degree of infiltration in Brazilian society at that time.



## INTRODUÇÃO

### AS ORIGENS DA ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES NO BRASIL

Entender a história de poder e prestígio que envolve a montagem do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) demanda remontar às origens da atividade de informações no país. O Conselho de Defesa Nacional (CDN), criado em 1927 a partir do decreto 17.999, durante o governo do presidente Washington Luís (1926-1930), foi o primeiro registro formal ligado à área de inteligência no país. Integrado pelo presidente da República e seus ministros civis e militares, bem como os chefes dos Estados-Maiores, o CDN era um órgão de perfil consultivo, incumbido de “estudar e coordenar as informações sobre “todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria” (ANTUNES, 2001, p. 42-43).

A criação do CDN se deu diante da preocupação de acompanhar os agitados acontecimentos que marcaram os anos 1920 não só no Brasil, como no mundo: o movimento tenentista e operário, as crises econômicas que tiveram seu auge com a quebra da Bolsa de Valores norte-americana em 1929, as eventuais repercussões da Revolução Russa de 1917 etc. O Conselho acabaria sofrendo reformulações ao longo dos anos.<sup>1</sup> A primeira delas aconteceu em 1934, já com Getúlio Vargas na presidência do país. Neste ano, ele passou a se chamar Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) e teve uma nova organização composta por uma Comissão de Estudos de Segurança Nacional, a secretaria-geral de Segurança Nacional e as Seções de Segurança Nacional, uma em cada ministério.<sup>2</sup>

Após a primeira reorganização, os objetivos principais do CSSN eram:

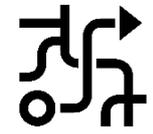
Estudar os problemas de tempos de paz que, por sua importância e natureza, pudessem afetar os interesses da defesa nacional; centralizar as questões referentes à defesa do país; e assessorar as relações entre a secretaria-geral de Segurança Nacional e os outros ministérios, nos assuntos de suas competências. (CNV, 2014, v. 1, p. 114).

Em 1937, mediante o artigo 162 da Constituição Federal recém-outorgada por Vargas, o CSSN também passou por reformulações, sendo renomeado Conselho de Segurança Nacional, mas mantendo-se fiel ao que desde o início fora o seu objetivo, isto é, a defesa da Pátria.

---

<sup>1</sup> Referentes à legislação e à nomenclatura do órgão.

<sup>2</sup> Para um resumo sobre o referido órgão, ver: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014, v. 1, p. 114.



Após a Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, no contexto ideológico da Guerra Fria,<sup>3</sup> verificaram-se mudanças relacionadas à atividade de informações na maioria dos países. A nova dinâmica político-econômica mundial demandou uma reestruturação dentro da área de inteligência, ocasionando a existência de uma “atividade de inteligência separada organizacionalmente” (ANTUNES, 2001, p. 38), para além do campo militar (as guerras), mas também na esfera civil, num processo que envolveu o desenvolvimento de polícias secretas, departamentos criminais de investigação, criação de agências especializadas em espionagem e contraespionagem etc.<sup>4</sup>

Assim, foi dentro deste contexto, no qual a atividade de informações passou por uma verticalização/automização, tornando-se “responsável pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas” (ANTUNES, 2001, p. 44) e em que se percebeu a importância deste tipo de atividade para o respaldo de ações governamentais que, em 1946, já durante a gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o CSN passou por mais uma reestruturação. Iria surgir, como parte da sua estrutura, através do Decreto n.º 9.775 de 6 de setembro, o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI).<sup>5</sup>

O SFICI, que fora criado para reunir as informações produzidas pelo CSN, permaneceu, naquele momento, apenas no papel, “sem funcionários ou estrutura material” (CNV, 2014, v. 1, p. 115). Somente passaria a funcionar oficialmente enquanto órgão de informações no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A ativação do SFICI ocorreu mediante o estímulo e prestígio do governo americano,<sup>6</sup> uma vez que ela ocorreu dentro do cenário de polarização entre EUA e URSS. Em 1958, o órgão passou por uma reestruturação, ganhando maior autonomia e ficando diretamente subordinado à Secretaria Geral do CSN. Como parte deste processo, tem-se a que corresponde à sua estrutura:

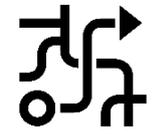
---

<sup>3</sup> Some-se a isso o advento da globalização, que proporcionou rapidez na circulação das informações através do desenvolvimento tecnológico.

<sup>4</sup> Me refiro à evolução desta atividade enquanto uma corporação permanente.

<sup>5</sup> O SFICI surge para suprir falhas na atuação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que, diante do novo cenário internacional, já não era mais vista como eficaz.

<sup>6</sup> Quatro brasileiros, sendo três militares e um delegado de polícia – Humberto de Souza Melo, Knack de Souza, José Henrique Soares e Rubens Bayma Denys –, foram enviados aos Estados Unidos, em 1956, para aprenderem a montar uma estrutura de inteligência semelhante à da CIA e do FBI no Brasil.



---

Com uma estrutura reduzida, em comparação a que vai ter o Serviço Nacional de Informações (SNI), e sem verbas próprias, o SFICI era composto por uma chefia e mais quatro subseções: exterior, interior, operações e segurança interna. No decorrer dos anos de existência do SFICI a preocupação com os problemas internos superaram as inquietações com o que ocorria para além das fronteiras brasileiras. (QUADRAT, 2012, p. 25-26).

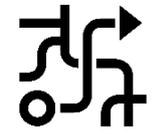
Como órgão que deveria funcionar como uma agência central de informações para a União, hiato que existia até então, ao SFICI caberia realizar “pesquisa e monitoramento de ocorrências subversivas; acompanhar as ações dos partidos políticos; e elaborar estudos sobre a conjuntura política e a situação das entidades de classes” (CNV, 2014, v. 1, p. 115). Diante dessa série de remodelações, no início dos anos 1960, o órgão se encontrava bem instituído,<sup>7</sup> inclusive, compreendendo um relativo acervo das áreas/grupos a quem competia observar. Apesar disso, ele não seria suficiente para os objetivos dos militares que chegaram em 1964 ao poder. É com esse pensamento, portanto, que logo após o golpe é criado um novo serviço de informações para o Estado brasileiro: o SNI, que graças ao seu processo de aperfeiçoamento na coleta de informações, bem como agigantamento, acabou conquistando muito respeito, tornando-se, segundo Alves (1989), um poder tão importante quanto o próprio Executivo, devido à sua poderosa prática de vigilância sobre qualquer assunto ou pessoa que ameaçasse a integridade do Estado de Segurança Nacional.

### **O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)**

Como visto, o contexto da Guerra Fria demandou novas reflexões quanto à segurança nacional na maioria dos países ocidentais. A questão sobre quem seria agora o inimigo a ser combatido estava no cerne das discussões efetuadas mediante o cenário de luta contra a expansão soviética, liderada pelos Estados Unidos. Diante desse quadro, o pensamento de “contenção” do comunismo internacional fora bastante difundido entre os países alinhados aos EUA, o que demandou certa aliança entre suas forças de segurança para que as fronteiras, agora vistas muito mais como

---

<sup>7</sup> Sobre esta questão, cabem algumas observações, de acordo com o exposto por Antunes (2001): para os militares mais próximos ao SFICI, que atuaram e/ou participaram de sua montagem, o órgão era bastante funcional, inclusive, contando com equipamentos muito modernos; já para aqueles ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), serviço que o sucedeu, a sua ineficiência era nítida, contando com métodos incipientes de coleta de informações com um grau de confiabilidade questionável.



ideológicas do que propriamente geográficas, fossem defendidas coletivamente desse novo inimigo. Primordialmente um inimigo interno, que poderia ser identificado à sombra de qualquer pessoa que se mostrasse de alguma forma ligada ao movimento comunista.

No Brasil, este pensamento ganhou força com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, formulada nos EUA, alcançou influência no país, sendo reformulada e difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG).<sup>8</sup> A DSN serviu de base para o golpe dado pela coalizão civil-militar em 1964, bem como foi responsável pela manutenção do ciclo militarista brasileiro, uma vez que ela forneceu os ditames teóricos<sup>9</sup> para a formação de um Estado forte, autoritário, imerso na ideia de uma guerra permanente/total. Sobretudo, uma guerra interna contra a subversão, face à ameaça comunista e a sua facilidade de penetração generalizada na sociedade. Portanto, visando meios para impor autoridade e preservar a ordem pública,<sup>10</sup> eliminando ações subversivas, as Forças Armadas (FA), então dirigentes do processo político brasileiro, teriam como uma das suas estruturas defensivas e ofensivas a comunidade de informações,<sup>11</sup> cuja atribuição deveria ser a identificação do inimigo interno, visto como infiltrado por toda a sociedade brasileira com a missão de tomar o poder.

Em consequência da importância dada pela Doutrina de Segurança Nacional à questão de segurança interna, surgem no interior do aparelho militar e fora dele os serviços de informação (inteligência militar), que passam a concentrar todo e qualquer tipo de informação e a tratar de matérias de política, interna e externa. Neste caso, os serviços de inteligência militar, mas focados nos civis, assumem uma superioridade no bloco do poder, tendo em vista, principalmente, sua função de coleta, análise e julgamento das informações e, ainda, por serem eles que determinam as técnicas e estratégias (ação também) de suprimir os inimigos do regime. (BORGES, 2003, p. 35).

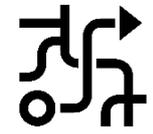
---

<sup>8</sup> Instituição das Forças Armadas criada pela Lei n.º 785, em 20 de agosto de 1949, com o objetivo de ser um instituto de estudos para melhor preparação da corporação no que correspondia à segurança nacional, oferecendo cursos e palestras.

<sup>9</sup> Sobretudo ligados ao controle das áreas político, militar e psicossocial.

<sup>10</sup> Segundo Borges (2003), num regime que é montado seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, o novo dirigente se considera "autodotado", pois detentor de uma vocação revolucionária, carrega o poder de extinguir ameaças e garantir a propagação do movimento revolucionário.

<sup>11</sup> Dentre os órgãos que formavam esta rede havia, além do SNI, os centros de informações das Forças Armadas, como o CIE (Centro de Informações do Exército), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica), as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI), dentre vários outros espalhados pela administração pública.



Assim, em face da alegação de que o governo necessitava de um verdadeiro sistema de coleta de informações seguras, bem como que fosse “implantado um serviço que estivesse em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional” (FICO, 2001, p. 40), foi criado o SNI<sup>12</sup> três meses após o golpe, em substituição ao SFICI. A criação do SNI deu início a poderosa rede de informações que se constituiria durante o regime militar e foi uma das medidas iniciais tomadas por Castello Branco para instauração do Estado de Segurança Nacional.

O SNI apresenta particular interesse como instituição do Estado de Segurança Nacional. O quadro jurídico do Estado ficou estabelecido com o Ato Institucional Nº 1, mas a criação do SNI foi a primeira aplicação legal da Doutrina de Segurança Nacional, e lançou as bases do imenso Aparato Repressivo que se desenvolveria com o tempo. (ALVES, 1989, p. 74).

O Serviço, como era conhecido o SNI, fora concebido pelo general Golbery do Couto e Silva,<sup>13</sup> que foi também seu primeiro chefe e um dos principais ideólogos do regime militar.<sup>14</sup> Golbery, de acordo com o historiador Carlos Fico (2007), se preocupava com a questão da coleta de informações desde os anos 1950, tendo recolhido, já no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES),<sup>15</sup> material — fichas e dossiês — que foi levado para o SNI, órgão montado com o auxílio de consultoria norte-americana. O SNI foi criado com a intenção de aparelhar o Executivo, fornecendo informações necessárias para o conhecimento dos acontecimentos que circundavam o país, bem como para a tomada de decisões por parte da presidência

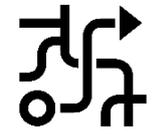
---

<sup>12</sup> Para um estudo sobre o SNI, ver, entre outros: Antunes (2001), Fico (2001) e Figueiredo (2005).

<sup>13</sup> O projeto para criação do novo serviço de informações, de responsabilidade de Golbery, foi apresentado ao Congresso, por Castello Branco, em 11 de maio de 1964. A aprovação da lei que criava o SNI só ocorreu, contudo, em 13 de junho de 1964.

<sup>14</sup> O general foi chefe do Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI), órgão antecessor do SNI, durante o governo de Jânio Quadros, criador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundador do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), peça-chave do Conselho de Segurança Nacional, além de ter articulado a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde).

<sup>15</sup> Criado em 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como por oficiais ligados à ESG, o IPES foi um dos principais articuladores do golpe de 1964. Reunindo uma parte importante do empresariado brasileiro, jornalistas, intelectuais, gestores das principais agremiações de classes empresariais, além dos diretores de empresas multinacionais presentes no país, era uma instituição de viés político conservador, anticomunista, voltada à realização de estudos e debates sobre a realidade brasileira. Porém, por trás desse objetivo de produção intelectual, o instituto também tinha como alvo patrocinar um novo projeto de governo e de desenvolvimento para o Brasil, onde agiu pela derrubada do governo de João Goulart (1961-1964).



da República. No entanto, com o endurecimento do regime e a propagação cada vez maior de práticas repressivas para controle, desmobilização e moralização da população, o órgão acabou se tornando um poder extremamente importante, atuando como uma influente agência de espionagem dos cidadãos.<sup>16</sup>

Tal realidade esteve ligada ao processo de agigantamento do Serviço — e da própria comunidade de informações — ao longo da ditadura, em que acabou tendo suas atribuições ampliadas e a tarefa da coleta de informações aperfeiçoada. Podemos dizer que este processo se iniciou no final da década de 1960, com o acirramento das atividades dos grupos de oposição e a chegada de Costa e Silva, militar identificado como “linha dura”, à presidência da República.

O SNI era formado por uma Agência Central (AC),<sup>17</sup> que “compreendia uma chefia,<sup>18</sup> uma seção de informações estratégicas, uma seção de segurança interna e uma seção de operações especiais” (ANTUNES, 2001, p. 53-54), além de contar com Agências Regionais (AR) espalhadas pelas principais capitais do país.<sup>19</sup>

À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizados com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar à segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados. [...]. Com a diferença de ter um número de efetivos bem menor do que a Agência Central, as Agências Regionais também eram divididas desta mesma forma. (ANTUNES, 2001, p. 54).

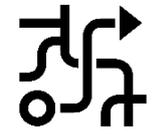
Em 1967, o SNI passa por um processo de ampliação da sua estrutura. O Decreto 60.940 de 4 de julho daquele ano transformou as antigas Seções de Segurança Nacional — órgãos complementares do CSN — nas Divisões de

<sup>16</sup> Um bom apanhado sobre o que se tratou o SNI também pode ser visto em Alves (1989).

<sup>17</sup> Inicialmente localizada no Rio de Janeiro, mas depois transferida para Brasília em 1967, basicamente a função da Agência Central (AC) era lidar com a grande massa documental produzida pelos órgãos de informações subordinados ao SNI, desenvolvendo uma atividade de triagem das informações coletadas.

<sup>18</sup> O chefe do SNI possuía status de ministro, mas sem poder de veto, e seria nomeado mediante aprovação prévia do Senado Federal.

<sup>19</sup> Chefiadas por um oficial superior, normalmente ocupante do posto de coronel de Exército, e com efetivo normalmente militar, mas também com pessoal recrutado de diferentes órgãos do serviço público federal, estadual e municipal, em 1988, o SNI contava com 12 agências regionais, a saber: Agência Rio de Janeiro (ARJ), Agência São Paulo (ASP), Agência Belém (ABE), Agência Manaus (AMA), Agência Porto Alegre (APA), Agência Recife (ARE), Agência Belo Horizonte (ABH), Agência Campo Grande (ACG), Agência Curitiba (ACT), Agência Fortaleza (AFZ), Agência Salvador (ASV) e Agência Goiânia (AGO).



---

Segurança e Informação (DSI).

Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país, além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as autarquias, fundações e demais órgãos públicos. (FICO, 2007, p. 176).

A partir disso, os ministérios civis contariam com as Divisões de Segurança e Informação (DSI) e as demais instituições públicas, como pastas militares, contariam com as Assessorias de Segurança e Informações (ASIS),<sup>20</sup> ambas à serviço do SNI, pois funcionariam como braços operacionais dele. Somou-se a esse processo de melhoramento da atividade de coleta e disseminação das informações a criação, em 1970, já durante o governo Médici (1969-1974), de um Plano Nacional de Informações (PNI).

O Plano foi uma iniciativa da Agência Central e buscava coordenar e fixar as prioridades do Sistema Nacional de Informações, estabelecendo os canais de exploração e regulando os fluxos de informações. Tinha como base os objetivos nacionais permanentes, traçados pelo presidente da República e pelo Conselho de Segurança Nacional. (ANTUNES, 2001, p. 55).

Este primeiro Plano, de responsabilidade de elaboração do general Carlos Alberto Fontoura, à época chefe do SNI, incluía a tarefa de elaborar uma Doutrina Nacional de Informações. Tal tarefa ficaria a cargo da Escola Nacional de Informações (EsNI),<sup>21</sup> instituição a ser criada diante daquele cenário de desenvolvimento da área de informações e, sobretudo, de necessidade de melhor preparação dos agentes de informação, envolvendo-os numa linguagem comum, de mesmos princípios e técnicas.

Dado o amadorismo brasileiro no âmbito do serviço secreto, a EsNI<sup>22</sup> veio preencher a carência do país quanto à formação do pessoal envolvido na atividade de informações que até então só contava com os cursos oferecidos pela ESG<sup>23</sup> e

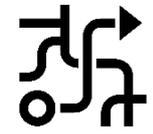
---

<sup>20</sup> Qualquer instituição considerada importante, como, por exemplo, uma universidade, deveria contar com uma Assessoria de Segurança e Informações (ASIS).

<sup>21</sup> A Escola foi instituída por meio do decreto n.º 68.448/71, de 31 de março de 1971, e teve o general Ênio dos Santos Pinheiro como responsável pela sua estruturação e formação, bem como seu primeiro diretor.

<sup>22</sup> Ela foi montada em Brasília, ao contrário da Escola Superior de Guerra (ESG) e das demais Escolas de Estado-Maior das Forças Armadas, localizadas no Rio de Janeiro.

<sup>23</sup> A ESG foi pioneira na oferta de cursos de informações, remontando a 1959. Segundo Antunes (2001), eram cursos tido como de bom nível, mas que não tratavam necessariamente do setor de operações e contrainformações. E, de acordo com Quadrat (2012), havia uma diferença entre os cursos da ESG e da EsNI que envolvia a questão do aspecto prático, sendo a ESG uma instituição mais voltada à teoria.



outras Escolas de Estado-Maior das Forças Armadas,<sup>24</sup> como por exemplo os ofertados pelo Centro de Estudos e Pessoal do Exército (CEP),<sup>25</sup> tidos como ainda primários diante daquele contexto de agitação, de guerrilha.

A EsNI, com professores formados no exterior,<sup>26</sup> ofertava cursos e estágios tanto para civis como para militares, assim como recebia alunos estrangeiros. Com alunos designados pelos ministérios e pelas próprias FA, a instituição oferecia cursos de diferentes níveis, conforme a tarefa que o discente receberia ao sair dela ou que já desempenhasse. Eram os cursos A, B e C.

O curso A era destinado a militares e civis que ocupariam funções de Chefia e de analistas. O recrutamento era feito entre os oficiais superiores das Forças Armadas possuidores do Curso de Comando e Estado-Maior, e entre civis com nível superior. O curso era realizado em 41 semanas e abrangia dois módulos, A e B. Aqueles que realizavam o curso B, estavam dispensados do módulo A. Já o curso B era destinado a civis e militares que iriam ocupar as funções de Informações de nível médio ou de chefias em escalões intermediários do Sistema Nacional de Informações. Esse curso era realizado em 20 semanas. E os recrutados eram majores ou capitães e civis com nível equivalente. O nível mais baixo era o curso C que compreendia dois subcursos: C1 e C2. O C1 era destinado a capitães e tenentes e o C2 era voltado para os sargentos. O objetivo era formar quadros para as chefias das seções de informações, bem como o planejamento e a direção de operações de Informações. Os sargentos, por sua vez, seriam os agentes de informações, responsáveis pelas coletas de dados. (QUADRAT, 2012, p. 32).

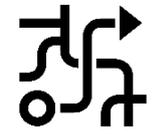
Paradoxalmente durante o período da chamada “distensão” e “abertura política” iniciada pelo general Ernesto Geisel, que chegou à presidência em 1974, e continuada pelo governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), o SNI também passou por um relevante processo de desenvolvimento. Apesar do fim do período de enfrentamento armado, em que a velha noção de inimigo interno seria esvaziada de sentido, e mesmo com a política de uma abertura “lenta, gradual e segura”, em que se pretendia efetuar medidas de liberalização, mesmo que fortemente controladas pelos militares, o SNI, no final dos anos 1970, viveu um momento de expansão da sua estrutura, especialmente relacionadas ao seu orçamento, pessoal, equipamentos etc. tornando-se uma 4ª Força Armada na gestão de Figueiredo, de acordo com o

---

<sup>24</sup> É importante ressaltar que a qualificação dos agentes de informação brasileiros também era feita no exterior.

<sup>25</sup> Escola e centro de pesquisas vinculado ao Exército, que criou cursos de informações para oficiais e sargentos, bem como para formação do corpo de especialistas que atuaria nos órgãos de informações.

<sup>26</sup> Foi enviado pessoal para estudar na Alemanha, França, Estados Unidos e Inglaterra.



historiador Carlos Fico (2001). O Serviço, assim como toda a comunidade de informações, buscou, em meio a uma possível ameaça de extinção, formas<sup>27</sup> para se manter atuante e se apresentar ainda como órgão necessário para a segurança nacional, sob a justificativa de que o perigo comunista, da subversão, ainda pairava sobre o país.

A simples menção ao projeto de “distensão” gerou imensa reação interna nas comunidades de segurança e de informações. Na verdade, a atuação de ambas, contrapondo-se aos projetos de “distensão” e “abertura” políticas, foi um dos fatores mais importantes dentre os que pesaram na condução “lenta, gradativa e segura” que Geisel pretendeu imprimir à liberalização do regime. (FICO, 2001, p. 211).

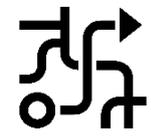
De acordo com Antunes (2001), na chefia do general Octávio Medeiros, militar designado para comandar o SNI durante a gestão de Figueiredo, o órgão cria um serviço médico próprio; a Agência Central, localizada em Brasília, forma uma tropa de operações especiais integrada por paraquedistas; funda o Centro de Pesquisa de Segurança de Comunicações (CEPESC); cria a Prólogo, uma indústria gerada sob a influência da Secretaria de Informática da Presidência da República ainda no governo Geisel, e chega até mesmo a montar um estúdio de televisão em Brasília.

Após 21 anos de ditadura militar, no final do governo Figueiredo ocorreu a eleição do primeiro presidente civil do país, Tancredo Neves (MDB), que, por problemas de saúde, foi substituído por José Sarney. Naquele momento, o perigo do inimigo interno, do comunismo, da luta armada, eram questões a serem superadas. Assim, o que acontece com o SNI diante deste cenário? O Serviço, sob a chefia do general Ivan de Souza Mendes, é compelido a rever sua conduta, sendo levado a dar maiores atenções a questões externas, fugindo do estigma de violação dos direitos civis, ganho com o regime militar, assim como outras mudanças que estariam contidas no Projeto SNI,<sup>28</sup> lançado nos primeiros anos da Nova República. Apesar deste projeto que pretendia adaptar o SNI à nova realidade do país, criando uma nova imagem, de transparência, o órgão ainda continuaria vigiando problemas internos,<sup>29</sup> dada a agitação popular que marca o governo Sarney (1985-1990) e o seu necessário

<sup>27</sup> Cabe destacar, bárbaras e terroristas, como foram os casos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, do quartel-general do II Exército em São Paulo, e do atentado à bomba ao Riocentro.

<sup>28</sup> Uma ação resultante deste projeto foi a transformação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (SADEN).

<sup>29</sup> Como é o caso do movimento sindical que, segundo Costa (2020), se tornou o principal alvo do SNI neste momento.



acompanhamento. Seria somente extinto em 1990, já no governo Collor (1990-1992), através da Medida Provisória n.º 150 daquele ano, sendo sucedido pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

### O TEATRO DE RUTH ESCOBAR SOB A MIRA DO SNI

Uma entre as várias esferas da sociedade civil a sofrer com a vigilância do SNI foi a cultural. Conforme pesquisa empírica iniciada em 2020 no Fundo SNI - Agência Recife,<sup>30</sup> no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC),<sup>31</sup> a área enfrentou, além de dura censura, as ações de vigilância praticadas pelos agentes do respectivo órgão em decorrência de suas atividades de engajamento político e de oposição. Assim, foram atingidas expressões artísticas como teatro, música, cinema, artes plásticas e até espaços vinculados à produção cultural, uma vez que houve uma superpolitização da cultura depois do golpe de 1964 em razão do cenário de fechamento da ação política institucional, tendo a respectiva esfera se tornado imensamente importante durante a ditadura como um campo de formulação de críticas ao regime em vigor. É o que podemos observar, por exemplo, em um dos trechos da entrevista de Nelson Coutinho a Marcelo Ridenti:

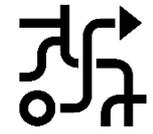
As pessoas que tinham forte interesse pela política terminaram levando esse interesse para a área da cultura. Isso teve um lado positivo. Claramente a cultura tem uma dimensão política. Mas, às vezes, também teve um lado negativo, no sentido de que se politizaram excessivamente disputas que na verdade são mais culturais que partidariamente políticas. [...] A esquerda era forte na cultura e em mais nada. É uma coisa muito estranha. Os sindicatos reprimidos, a imprensa operária completamente ausente. E onde a esquerda era forte? Na cultura. (RIDENTI, 2014, p. 40).

O forte entrelaçamento entre engajamento político e ação cultural que foi

---

<sup>30</sup> Este acervo foi entregue pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) em 4 de abril de 2016, e hoje encontra-se sob a guarda do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo, na capital paraibana. Somam mais de cinco mil arquivos digitais sobre os estados de cobertura da respectiva agência, a saber, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, produzidos entre os anos de 1979-1990.

<sup>31</sup> Este trabalho de análise no referido fundo documental se estende até o momento atual, mas agora em nível de mestrado, ainda sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, coordenador do Projeto PIBIC intitulado "A sociedade civil sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985)" na UFPB, no qual atuei como bolsista de graduação, e que vem tendo grande relevância na produção historiográfica sobre a ditadura militar na Paraíba e no Nordeste, tendo como resultado um bom número de trabalhos, dentre os quais TCCs, artigos e dissertações de mestrado. Ver, por exemplo, Costa (2020), Soares (2020), Ferreira (2020) e Dias (2021).



observado no Brasil da ditadura militar, bem como a existência da ideia de um regime “anticultural” consolidada entre os intelectuais, liberais e de esquerda<sup>32</sup> à época propiciou, de certa maneira, a formação de uma consciência engajada entre artistas e intelectuais de esquerda no país. Portanto, foi dentro dos seus campos de atuação que estes passaram a expressar táticas de resistência e oposição aos militares, oportunidade em que seus espetáculos se tornaram não apenas lugares de entretenimento, mas espaços políticos, sendo por esta razão que se formou uma espécie de alerta entre os setores de segurança e informação para a área cultural. Nesse sentido, música, cinema e teatro acabariam sendo observados como poderosas armas ideológicas e de invalidação dos bons costumes, pois acreditava-se que se utilizavam da liberdade que a linguagem artística propiciava para propagarem o comunismo, tão combatido naquele momento, sobretudo, em razão da influência da DSN, que:

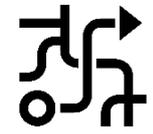
Associou diretamente o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por ideias e influências “estranhas” (externas), ao comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. (PADRÓS, 2008, p. 146).

Dessa forma, a cultura, de modo geral, sofreu com a instauração da ditadura militar no território brasileiro, momento em que a atividade censória sobre as diversões públicas, que apesar de presente em momentos anteriores da história do país, uma vez que nunca foi uma tarefa difícil de ser realizada, foi aperfeiçoada, como pode ser observado no universo teatral. Neste, a censura ultrapassou o domínio das secretarias de segurança estaduais, chegando à esfera da União, essencialmente à Polícia Federal, conforme o artigo 8º, inciso VIII, alínea “d”, da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, resultando em uma forte repressão dentro do movimento teatral em todo o Estado brasileiro, com a proibição de espetáculos e perseguição a vários dos seus artistas.

Uma das artistas a sofrerem com os amordaçamentos do regime militar no campo cultural foi a atriz e produtora de teatro Ruth Escobar, em razão de suas atividades políticas no meio artístico. O Teatro que leva seu nome, inaugurado em 1963, tornou-se em São Paulo um símbolo da resistência à ditadura militar, tornando-se palco de diversos profissionais, como dramaturgos, diretores, cenógrafos, entre

---

<sup>32</sup> Para um panorama acerca da vida cultural brasileira durante a ditadura militar, ver Napolitano (2017).



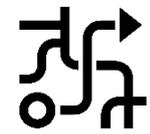
outros, e de várias encenações, a exemplo de Revista do Henfil, de autoria de Henrique de Souza Filho, mais conhecido como Henfil, e Oswaldo Mendes. Estreada em 1978, a peça ficou conhecida como o espetáculo de:

Maior repercussão jornalística do Ruth Escobar. Evidentemente, essa visibilidade ocorreu não só pela qualidade do trabalho, mas também pela importância artística e política de seu autor, o cartunista Henfil, na luta contra a ditadura militar, em consonância com a campanha em prol da “anistia ampla, geral, irrestrita” e com a militância de seu irmão Herbert de Souza (Betinho) exilado pelos governos militares. (PATRIOTA, 2018, p. 218-219).

Tendo percorrido diversas cidades pelo país e sido apresentada em sindicatos, favelas, praças públicas e também presídios, realidade última esta iniciada “durante a excursão do espetáculo nas regiões Norte e Nordeste, sendo que, entre os espectadores, estiveram presos políticos e presos comuns” (PATRIOTA, 2018, p. 219), a peça é tema de dois entre os vários documentos que compõem o Fundo SNI - Agência Recife, por sua vez caracterizados como “sensíveis” (BAUER; GERTZ, 2015), pois são arquivos frutos da repressão, produzidos por órgãos de segurança e informação durante períodos de ausência da democracia, e que por esta razão denotam um tratamento metodológico próprio que inclui ética, cruzamento das informações destacadas etc.

Assim como todos os documentos que formam o respectivo acervo, os dois que dizem respeito ao espetáculo são denominados de ACE, sigla para Arquivo Cronológico de Entrada, que era formado por “documentos pertinentes a um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato, produzidos ou recebidos pelo SNI, reunidos em um mesmo dossiê” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 60). Um deles trata-se do ACE N.º 365/79, datado de 14 de maio de 1979. Este é constituído pela INFORMAÇÃO N.º 49/79-SI/SR/DPF/PE, em que faz referência a um informe de 9 de maio daquele ano, INFE N.º 98/79-SI/SR/DPF/PE, e tem como assunto “Ruth Escobar - fins a que se destinam fundos obtidos com a apresentação de sua peça no Nordeste”. O mesmo apresenta dois anexos, cópia do ingresso do espetáculo e fotografia.

De acordo com o documento, a atriz, naquele momento, encontrava-se em uma espécie de turnê pelo Nordeste com a peça Revista do Henfil, que teria sido apresentada em Recife, no Teatro Santa Isabel, e aos presos políticos e comuns alocados no Presídio de Itamaracá. Durante sua passagem pela capital do estado, Escobar havia recebido “apoio ostensivo” de Dom Hélder Câmara, que teria marcado



presença em uma das apresentações da peça, registrada em uma foto em que os dois se cumprimentavam.

No entanto, a apresentação do espetáculo não teria ficado restrita apenas ao estado de Pernambuco:

Através do INFORME de referência, este OI difundiu cópia xerográfica de um bilhete deixado por “WAGNER” na portaria do Hotel Jangadeiro, nesta Capital, destinado à mencionada Atriz, bilhete esse que deixava claro estar sendo organizada uma apresentação da Peça em CAMPINA GRANDE/PB, com o objetivo de angariar fundos para o “COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA” e para as greves de professores previstas naquele Estado. **(ARE\_ACE\_365\_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

Assim, além de levantar os dados de qualificação do autor do bilhete, que teria como nome completo Wagner Braga Batista e suas ligações com dois indivíduos ligados ao Partido Comunista Brasileiro, dentre outras informações, o documento demonstra o grau de vigilância efetuado pelo SNI, que confirma o que havia sido apurado pelo informe que dá origem à referida Informação:

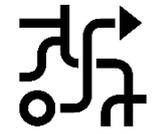
No dia 10-MAIO-1979 efetivamente foi apresentada “REVISTA DO HENFIL” em CAMPINA GRANDE/PB e nos ingressos (cópia anexa) para referida Peça foram impressas as palavras de ordem “TODO O APOIO À LUTA DOS PROFESSORES” - “ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA” (CBA - CAMPINA GRANDE). **(ARE\_ACE\_365\_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

Para finalizar, o ACE em questão apresenta uma espécie de parecer sobre o comportamento da atriz:

Os contatos mantidos por RUTH ESCOBAR e o acatamento dessa Atriz à ostensiva utilização de suas apresentações como forma de arrecadação de fundos para o fomento de atividades várias de contestação política, fazem vislumbrar seu comprometido com organizações de esquerda que agitam tais bandeiras. **(ARE\_ACE\_365\_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

O outro documento que faz alusão ao espetáculo em questão é o ACE N.º 2030/79, datado de 6 de junho do mesmo ano. Composto por um informe, o INFE N.º 4811/05/79-CI/DPF, tem como assunto “Peça teatral “Revista do Henfil” - Ruth Escobar - João Pessoa/PB”, o que na realidade acaba por explicitar uma continuidade da atividade de vigilância efetuada pela Agência Recife sobre as apresentações da peça pelo Nordeste, notadamente nos estados de sua abrangência:

Nos dias 11 e 12 MAI a empresária e atriz RUTH ESCOBAR também se apresentou com a peça teatral “REVISTA DO HENFIL” em JOÃO PESSOA/PB, tendo introduzido modificações no texto original, apesar de o Sr. WALTER



ROBERTO MALTA, responsável pelo espetáculo, ter sido previamente advertido pelo Órgão Regional da DCDP, naquela Capital, quanto à obediência nos cortes assinalados no texto liberado. **(AC\_ ACE\_2030\_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

A exemplo do que ocorrera na cidade de Campina Grande, também na capital do estado foram angariados recursos para a greve dos professores das escolas estaduais, que parecia estar em evidência naquele momento:

Antes do início da encenação foi lido, pela nominada, um manifesto elaborado pelos estudantes da UFPB, em apoio (segundo ela, irrestrito) ao movimento grevista dos professores da rede oficial de ensino do Estado da PARAÍBA. Após a leitura, RUTH ESCOBAR anunciou que 50% (cinquenta por cento) da renda daquele espetáculo se destinava ao “fundo pecuniário da greve”. **(AC\_ ACE\_2030\_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

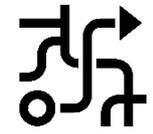
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, abordamos a história da atividade de informações no Estado brasileiro partindo daquela que é tida como a primeira expressão formal deste ramo no país, o CDN, nascido em plenos anos 1920, e passando pelos órgãos posteriores, o CSSN (1934), o CSN (1937) e o SFICI (1956),<sup>33</sup> para tentarmos compreender o embrião da área de inteligência no Brasil. Este percurso foi feito com o intuito de visualizarmos o desenvolvimento desta atividade até a chegada do golpe em 1964, ano em que é fundado o SNI, órgão que exerceu, trazendo à tona expressão usada pelo seu próprio criador, o general Golbery do Couto e Silva, “monstruosa atividade”, especialmente, pelo agigantamento vivenciado pelo órgão ao longo da ditadura, dado o prestígio adquirido, o autoritarismo que envolvia suas atividades e o seu alto poder de infiltração na sociedade civil durante o regime militar.

Assim, tendo em vista o campo de vigilância do Serviço focado neste trabalho, isto é, a cultura, os dois documentos apresentados, frutos de nossa pesquisa empírica no Fundo SNI - Agência Recife, elucidam bem parte da repressão ao setor durante a vigência da ditadura. Mesmo sob forte amordaçamento, ele se tornou um importante eixo de oposição e resistência contra o Estado autoritário, demonstrando a forte vinculação entre cultura e política nesse momento, o que atraiu enorme prestígio

---

<sup>33</sup> Como visto, embora o órgão tenha surgido, no papel, em 1946, durante o governo Dutra, compondo a estrutura do CSN, foi ativado no ano de 1956.



perante a sociedade civil imersa num Estado de verdadeiro terror e sem muitas opções com que contar.

Ruth Escobar, portanto, foi apenas uma, dentre um conjunto maior de artistas, que no período usou de seus espaços de atuação no mundo das artes, onde aparentemente apenas o entretenimento deveria ser o foco, para militar por demandas sociais e políticas do momento, como a Campanha pela Anistia. Trata-se, pois, de uma importante demonstração de como a arte pode resistir a anos de obscurantismo, assim como o que viveu a sociedade brasileira entre 1964 e 1985, e que este ano completa quase seis décadas, fornecendo uma lição que é sempre válida de se ressaltar: “lembrar para não esquecer”.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANTUNES, Priscila C. B. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015: p. 173-193.

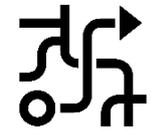
BORGES, Nilson. “A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), p. 13-42.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014, v. 1, 976 p. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php> Acesso em fevereiro de 2022.

COSTA, M. P. *A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o movimento sindical paraibano (1979 -1987)*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): UFPB, João Pessoa, 2020.

DIAS, Elissandra Maria Costa. *Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História): UFPB, João Pessoa, 2021, 256 p.

DREIFUSS, René. *A conquista do Estado. Ação política e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.



FERREIRA, Olga Larissa Vieira. *“Onde termina a justiça social e começa a subversão?” Igreja católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)*. Dissertação (Mestrado em História): UFPB, João Pessoa, 2020, 264 p.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ISHAQ, Viven et al. *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. *Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): um balanço historiográfico*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 35-50, jun. 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico*. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. (Coleção Entr(H)istória).

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. *Relatório final/ Paraíba*. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes et al. – João Pessoa: A União, 2017.

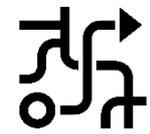
PATRIOTA, Rosângela. *Ruth Escobar e a cena teatral brasileira da década de 1970 - exercícios de liberdade e práticas de resistência*. In: MENEZES, Lená Medeiros de; PAGNOTTA, Chiara. (Org.). *Itinerários Europa-América Latina - dos processos aos aportes biográficos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2019, v. 1, p. 257-274.

PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

QUADRAT, Samantha Viz. *A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, no 47, jan/jun 2012.

RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política nos anos 1960-1970 e sua herança*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2014.



SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. *A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História): UFPB, João Pessoa, 2020, 229 p.

#### **FONTES**

Fundo SNI – Agência Recife. Acervo disponível no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (FCJA).

Recebido em 14/08/2023

Aprovado em 23/10/2023